

RECURSO ESPECIAL Nº 1.726.336 - MG (2018/0042343-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : JOSE BERNABE DA SILVA
ADVOGADOS : CARLAILA RAMOS MARINHO - MG104557
PAULO MIRANDA - MG016520B

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 108/109):

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL NEGATIVO. ART. 436 CPC. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RETROATIVO.

1. São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a comprovação da qualidade de segurado da Previdência Social e o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, com exceção das hipóteses enumeradas no artigo 26, III, c/c artigo 39, I, da Lei nº 8.213/91, assim como a comprovação de incapacidade para o exercício de atividade laborativa.
2. Diante da conclusão clara e objetiva da perícia judicial sobre a existência de incapacidade laborativa no momento da realização do exame.
3. Conforme o art. 436 do CPC, "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos".
4. O auxílio-doença deverá ser restabelecido desde a data da cessação do benefício (30/05/2007) até a data em que o autor se aposentou em 12/06/2014, observada a prescrição quinquenal e a compensação de eventuais valores já recebidos pelo autor a título de auxílio-doença.
5. A aposentadoria por invalidez e o auxílio doença são benefícios temporários por natureza, assim como são transitórias as condições que ensejam a sua concessão. Portanto, são direitos que se submetem à cláusula *rebus sic stantibus*, ou seja, terão a sua permanência condicionada às circunstâncias ou condições em que tenham sido deferidos, podendo ser cassados quando não mais presentes os motivos que os ensejaram, ou restabelecidos quando sobrevierem os motivos que os justifiquem.
6. Apelação provida.

Os embargos de declaração opostos pelo INSS (e-STJ fls. 112/120) não

foram acolhidos nos termos da decisão (e-STJ, fls. 125/130), conforme ementa que se transcreve:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. OMISSÃO. LEI N.11.960/2009.

1. Nos termos do Art. 1.022, do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; corrigir erro material.

2. A decisão embargada é clara, não havendo obscuridade, contradição ou omissão na valoração da matéria fática dos autos, tampouco na aplicação dos dispositivos legais pertinentes. A pretensão do Embargante neste particular revele mero inconformismo quanto ao próprio mérito do julgado que lhe foi desfavorável, o que somente poderá ser veiculado em sede recursal própria.

3. Por outro lado, o Acórdão incorreu em omissão na medida em que não veicula fundamento a justificar a não aplicabilidade do índice de correção monetária (TR) constante do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, com a sua substituição pelo índice previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal (INPC).

4. Em homenagem aos princípios da celeridade, economia processual e segurança jurídica, e resguardados os interesses de ambas as partes litigantes, justifica-se a aplicação do índice de correção monetária previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, em detrimento do manual de cálculos da Justiça Federal, sem prejuízo de posterior adoção do que decidido pelo STF no RE 870.947/SE, em repercussão geral.

5. Embargos parcialmente providos.

O recorrente alega contrariedade aos arts. 1.022 do Código de Processo Civil/2015; 884 e 885 do Código Civil.

Sustenta, em suma, que o acórdão combatido deixou de analisar o questionamento do insurgente quanto à concessão do benefício de auxílio-doença no período em que, em parte, coincide com o de efetivo exercício de atividade laborativa, ocasionando, assim, ofensa aos arts. 884 e 885 do Código Civil, por enriquecimento ilícito da parte.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 141/142), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão impugnado não fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido.

O questionamento da autarquia trata da falta de previsão legal para pagamento do benefício de auxílio-doença relativo a período em que a parte autora exerceu efetivamente o seu labor.

A decisão de origem incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao deixar de manifestar-se expressamente sobre a tese do recorrente.

Dessa forma, assiste razão à parte insurgente quando sustenta permanecer vulnerado o disposto no art. 1.022 do CPC/2015.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 1.022 do CPC quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* se mantém em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 1.022 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. MODALIDADE. PCT. OMISSÃO E OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. Há violação do art. 1.022 do CPC/15 quando, apesar do requerimento da parte, a Corte de origem se recusa a se manifestar sobre as questões federais que lhe foram apresentadas por ocasião dos embargos de declaração, relevantes ao deslinde da controvérsia.

2. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sejam sanados os vícios verificados.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.702.509/SP, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 24/8/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU DECISUM ANTERIOR PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA.

INSURGÊNCIA DOS DEMANDADOS.

1. Configurada a ocorrência de omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época, com anulação do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração,

Superior Tribunal de Justiça

determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que sejam sanados os vícios apontados. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1.635.948/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 20/8/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à Corte de origem para novo julgamento dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator